



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638295 - PB (2021/0000566-9)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : LUANA TEREZA ARAUJO ALVES  
**ADVOGADO** : LUANA TEREZA ARAUJO ALVES - RJ198421  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : FABRÍCIO LIMA MARQUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABRÍCIO LIMA MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (N. 0811512-55.2020.8.15.0000).

O paciente foi acusado da suposta prática do delito de lesão corporal, previsto no art. 129, *caput*, do Código Penal, e teve sua prisão preventiva decretada em 19/9/2019, ao fundamento de que teria evadido do distrito da culpa, estando em lugar incerto e não sabido.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, além de carecer de fundamentação idônea, é extemporânea aos fatos imputados, datados de 12/12/2014. Ademais, a decisão é desproporcional e desnecessária, porque já se apresentou à Justiça, já constituiu defesa e vem colaborando com o regular processamento da ação penal.

Ressalta a inexistência dos requisitos autorizadores da medida extrema e a possibilidade de imposição de cautelares diversas, conforme prescrevem, respectivamente, os arts. 312 e 319 do Código de Processo Penal. Ademais, alega a ausência de homogeneidade da prisão preventiva com eventual futura condenação, a qual não imporia pena no regime fechado.

Requer, de forma subsidiária, a aplicação da fiança em seu patamar mínimo, diante da hipossuficiência do paciente, ou ainda, a prisão domiciliar para cuidar de duas filhas menores e dependentes dele.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente e a expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente